

Não sou eu que estou falando não, o proprietário da empresa Foco falou que em alto e bom som, assim como a proprietária da empresa APL, que disse que não tem reboque, que eles ganham por produtividade. Qual é a produtividade de uma empresa de reboque? É rebocar, por isso que dessa maneira desenfreada de operações em todos os lugares. E se você for fazer uma operação educativa, você vai começar a operação com 20 reboques, um para atrás do outro; e todos os reboques, Coronel, têm que sair cheios de carros. Ou de motos. Que educação é essa? Não existe educação, é arrecadação. É isso que nós estamos batendo.

Aí, querem, de alguma forma, descaracterizar as nossas fiscalizações dizendo que nós somos contra as operações. Não somos contra as operações. Nós queremos legalidade, nós queremos critérios, nós queremos parâmetros para com as operações. O que não vem acontecendo. Porque quando eu fui fiscalizar o próprio caminhão das empresas, todos eles irregulares. A começar, a maioria não tem placa vermelha de aluguel. O Detran está aqui, acho que pode responder melhor que eu. É obrigatório o contrato de uma empresa no caminhão. O caminhão da Prefeitura estava todo sem a ANTT. Todos. Os pneus com TWI todos atingidos, carecas. Para o povo nada? Para eles tudo? É o que acontece. Mas, por quê? Porque tem a meta a cumprir da quantidade de carros a serem rebocados para eles arrecadarem. É a tal da renda variável.

Coronel Pricilla, por favor, acho que a senhora estava mostrando um trecho do convênio.

A SRA. PRICILLA AZEVEDO BARLETTA - Não, só para citar o Convênio de Cooperação Técnica 01/23, que ampara o que eu falei.

(FALAS PARALELAS)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Esse é o convênio com o DER?

A SRA. PRICILLA AZEVEDO BARLETTA - Não, esse o convênio é do DER com o Detro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Sim, mas o convênio do DER com o Detro fala que pode amparar a Polícia Civil - a Polícia Militar?

A SRA. PRICILLA AZEVEDO BARLETTA - É, na questão logística, nas operações.

O SR. ALAN LOPES - O contrato fala isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Não, mas leia esse trecho do contrato aí. A grande questão aqui é essa. Isso está errado, ainda que tenha, está errado. Não pode ficar esse pendurcalho. Mas é importante ver, porque a polícia... Esse trecho que a Coronel Pricilla acaba de mencionar.

A SRA. PRICILLA AZEVEDO BARLETTA - Pode ser o 2.3 ou o 2.4.

(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

O SR. ALAN LOPES - Operador, veja o som do microfone, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Alguém pode ver aí, apoiar aí, por favor?

A SRA. ENEIDA FERREIRA DA SILVA PAZ - Compete ao Detro: participar em conjunto ou isoladamente, quando com o DER, de diligências a serem promovidas, objetivando a fiscalização e a repressão do transporte rodoviário de passageiros irregular na malha viária estadual, em operações volantes ou nos postos fiscais do território fluminense. Aplicar no curso dessas diligências as sanções previstas na legislação vigente decorrentes da competência inerente. Atender as solicitações logísticas feitas pelo DER mediante disponibilidade operacional do Detro...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - É uma forçação de barra sem tamanho, não é?

A SRA. ENEIDA FERREIRA DA SILVA PAZ - ...com recursos humanos para as operações de fiscalização e recursos materiais para a lavratura de autos de infração, caminhões reboques para a remoção e Guarda de veículos apreendidos nos respectivos pátios sob responsabilidade do Detro, assim como a realização de leilão de veículos acautelados e não resgatados no prazo legal. Nos casos de veículos acidentados, a remoção será de total responsabilidade do proprietário e/ou da seguradora. Caso tal não ocorra, o Batalhão de Polícia Rodoviária BPRV removerá os mesmos para um de seus postos para as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Cadê o contrato da APL?

O SR. ALAN LOPES - Em nenhum momento menciona a PM nesse contrato.

A SRA. ENEIDA FERREIRA DA SILVA PAZ - Não fala.

O SR. ALAN LOPES - Não fala.

Obrigado, diretora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - É isso, é uma forçação de barra. Vai levando tudo nas costas, como se diz no popular. Vai improvisando e vai levando. Vai levando, vai levando.

O SR. GIOVANI RATINHO - E se o Detro só pode coibir e fiscalizar transporte irregular de passageiro, por que ele está trabalhando em parceria com a Polícia Militar apreendendo qualquer tipo de veículo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Na verdade, está muito claro. Existe um convênio da Polícia Militar com o DER, que é um convênio legítimo, que é o que diz. O DER é o "dono", entre aspas, das estradas estaduais. As estradas estaduais precisam ter policiamento.

Então, o DER escolheu a Polícia Militar, por razões lógicas. Poderia ter escolhido a Força Nacional de Segurança, uma Guarda Municipal, o Exército, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal. Escolheu a Polícia Militar. É legítimo. Rodovia estadual, Polícia Militar. Perfeito. Para o trânsito.

A Polícia Militar, segundo o regramento nacional de trânsito, é a autoridade de trânsito, tudo perfeito. Fizeram lá um convênio, perfeito. Fizeram um convênio do DER do Estado do Rio de Janeiro, dizendo: Polícia Militar, a autoridade aqui, nas minhas estradas estaduais, são vocês. Beleza.

A partir daí, a Polícia Militar pegou esse convênio com o DER, que, por sua vez, tem um convênio com o Detro que é naquilo que é competência dos transportes irregulares, que é competência do Detro, no âmbito das rodovias estaduais. A Polícia Militar não tem a competência de ver alguém fazendo lotada e ir lá prender, não é competência da Polícia Militar, é competência do Detro.

E, aí, por uma interpretação, sei lá da cabeça de quem, não é da Coronel Pricilla, que está lá há poucos meses, mas alguém que foi lá, alguns anos atrás, malandramente, falou: já que a Polícia Militar tem convênio com o DER e já que o DER tem convênio com o Detro e já que o Detro tem contrato com a APL, já que a APL tem contrato com o reboque do miliciano, vou colocar tudo num pacote só e está tudo resolvido. É isso que vem acontecendo.

Aí, você, cidadão do Rio de Janeiro, tem o veículo apreendido pela Polícia Militar, pelo BPRV, legítimo, eles têm poder de agir, mas a apreensão é irregular, porque o pátio é irregular, porque não há contrato, não há amparo contratual. Porque os secretários da Polícia Militar, os comandos da Polícia Militar não tiveram tempo ou a competência necessária para enfrentar a questão de vamos contratar uma empresa de reboque ou comprar os reboques da polícia para suprir as necessidades da polícia. E fica essa salada aqui. E quem paga na ponta é o cidadão.

Está tudo errado. Tudo errado, tudo errado. Está tudo errado.

O SR. ALAN LOPES - E, aí, o item "c", aqui, diz o seguinte: atender as solicitações logísticas feitas pelo Detro...

A SRA. PRICILLA AZEVEDO BARLETTA - É isso aí, 2.4, é isso que eu iria pedir para ler.

O SR. ALAN LOPES - Mediante disponibilidade operacional do DER, dos recursos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Espera aí, isso aí é o contrato do DER com o Detro, não tem nada a ver com a Polícia Militar isso.

A SRA. PRICILLA AZEVEDO BARLETTA - Não, mas vai chegar, vai chegar.

O SR. ALAN LOPES - Dos recursos humanos para as operações de fiscalização, recursos materiais, para lavratura dos autos de infração. É só essa competência, da lavratura dos autos de infração.

Na logística, não tem nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Nada a ver. E fala que leva para os seus pátios, para os seus depósitos.

O SR. ALAN LOPES - Impressionante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Da Polícia Militar, do BPRV, não é para o contrato do Detro. Ou seja, está tudo errado. Não precisa ser um expert em direito administrativo, não. Só que o problema é que a Polícia Militar não dá as informações necessárias em audiência, não responde aos ofícios e vai fazendo e vai continuando na ilegalidade. Sabe quem expõe? O policial que está lá na ponta, que para o veículo. Aí, entra em confronto com o cidadão, começa a guerra do 'cara' que está ali na ponta, sofrendo a operação, e por aí vai. E, aí, vira isso tudo que a gente vê. Agora, por interesse de quem?

E, mais, ainda que tivesse o amparo ou que não tenha o amparo, é alimentado essa máfia do reboque, que aí você coloca também o BPRV como um partícipe dessa... Porque, assim, quanto mais o BPRV aprende, mais alimenta essa máfia, que é do Detro com a empresa, com todas as atrocidades que a gente já viu aqui acontecendo e que não param, não param.

O SR. FILIPPE POUBEL - E você vê que a irregularidade ela não só ocorre nas questões das instituições que estão usando o reboque da forma irregular, porque tudo que é pago, desde a apreensão, taxa de reboque, não vai para o Estado, ela vai para a APL, a APL faz a conta, de conta, tem que repassar para o Estado. Onde já se viu isso? Está inverso isso. A APL que recebe a taxa de reboque, a APL que recebe a diária, a APL que recebe tudo. E, aí, ela faz um cálculo e paga o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Eu vou ser objetivo aqui, porque a gente não vai resolver esse assunto nunca. Enquanto o secretário da Polícia Militar não tiver o tempo, a paciência, a decisão, seja lá que palavra queiram dar, de se sentar, o mais rápido possível, de preferência no gabinete do Governador, secretário da Polícia Militar, Presidente do Detro, sentar todo mundo junto, falar assim: oh, está tudo errado, cancela essas porcarias desses convênios aí, são todos malfeitos, e vamos criar a regra agora. Não vai resolver.

Ou a gente vai ter que tomar uma medida mais dura, que é apresentar um PDL, um projeto de decreto legislativo, extinguindo essa porcalhada toda aí! E, aí, infelizmente, o papel da Polícia Militar também de colir o crime fica capenga, porque a gente acaba tirando meios, como está acontecendo com a Lei Seca. Eu lastimo que as leis secas hoje estejam operando sem reboque.

(FALA FORA DO MICROFONE)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Como que estava com reboque? Quem está suprimindo a Lei Seca de reboque? Não tem contrato.

O SR. ALAN LOPES - Diretora, como é que está a questão da suspensão do contrato? Esclarece para a gente.

A SRA. ENEIDA FERREIRA DA SILVA PAZ - A Segov renovou, recentemente, o convênio com o Detro, após o dia 25 de setembro, que foi o nosso último encontro. Houve uma solicitação de apoio logístico e nós enviamos, emitimos a ordem de serviço. Quando a pessoa que faria a remoção chegou lá, ela foi impedida de atuar; já havia três caminhões da Opção Ativa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Na Lei Seca?

A SRA. ENEIDA FERREIRA DA SILVA PAZ - Na Lei Seca. Eu tenho inclusive o relato, por e-mail, aqui, dos gestores logísticos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - A senhora sabe em que localidade foi isso?

A SRA. ENEIDA FERREIRA DA SILVA PAZ - Deixa eu me recordar aqui. Queimados. É um e-mail curtinho. V. Exa. permite que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - A Opção Ativa faz parte da máfia do reboque, se não for a principal partícipe da máfia do reboque hoje.

O SR. ALAN LOPES - Pode ler o e-mail, diretora.

A SRA. ENEIDA FERREIRA DA SILVA PAZ - Esse e-mail nós recebemos às duas e dezoito, da manhã, do dia 19 de outubro.

(Lendo)

"Conforme solicitação de atendimento para operação Lei Seca, enviada pelo Detro, foram enviados os respectivos reboques para os locais de encontro. O motorista, da empresa MVB, ao chegar ao 24º Batalhão de Polícia Militar, encontrou três caminhões da empresa Opção Ativa, que saiu para atendimento da mesma operação que estava prevista para a APL, em Queimados. O motorista da MVB informou ao responsável da Operação Lei Seca que estaria atendendo aquela demanda e, após algumas conversas, os caminhões da Opção Ativa saíram do local e começou a operação. Assim que a coordenação do Detran tomou conhecimento de que o reboques enviados pela APL estavam nas operações Lei Seca, foi enviada uma ordem para que os agentes do Detran não removesses os veículos. Com isso, o Coordenador da Segov mandou os reboques descarregarem os veículos, que já estavam apreendidos no pátio, e não retornaram para a operação, avisando que hoje a Segov estaria acionando as autarquias competentes para resolver esse imbróglio."

(Conclui a leitura)

O SR. ENEIDA FERREIRA DA SILVA PAZ - Por gentileza, diretora, encaminha esse e-mail para o e-mail que eu encaminhei à senhora.

A SRA. ENEIDA FERREIRA DA SILVA PAZ - E, aí, nós recebemos um e-mail da operação Lei Seca dizendo o seguinte:

(Lendo)

"Prezados, bom dia. Considerando os óbices administrativos relacionados ao convênio Segov/Detran, favor desconsiderar as solicitações de apoio enviadas através dos ofícios 166 e 167. Grato pela compreensão."

(Conclui a leitura)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Presidente, obrigado. Está safo. Vamos acabar com a sacanagem. Vai acabar assim agora. Em vez de ficar, como disse o Deputado Júlio Rocha, chovendo no molhado, vou botar sobre a mesa a deliberação para a convocação dos Srs. Secretário de Estado do Governo, Secretário de Estado da Polícia Militar, Presidente do Detro e Presidente do Detran. Como vota, Deputado Val Ceasa? Para a próxima terça-feira.

O SR. VAL CEASA - Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Como vota, Deputado Marcelo Dino?

O SR. MARCELO DINO - Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Alan Lopes?

O SR. ALAN LOPES - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Filipe Poubel?

O SR. FILIPPE POUBEL - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Júlio Rocha?

O SR. JÚLIO ROCHA - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Deputado Giovanni Ratinho?

O SR. GIOVANI RATINHO - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Também voto favorável.

Por unanimidade, proclamamos o resultado: estão convocados para a próxima terça-feira os Srs. Secretários de Estado da Segov da Polícia Militar; o Sr. Presidente do Detran; o Sr. Presidente do Detro. Acabou. Agora vai resolver. Não adianta mandar Diretor, Comandante do CPA. Vem o próprio secretário da Segov e vem os presidentes do Detro e do Detran.

O SR. ALAN LOPES - E que tragam todos os contratos, convênios...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Municípios de todos os contratos, convênios, termos de parceria, cooperação, e por aí vai.

O SR. ALAN LOPES - Deputado Rodrigo Amorim, queria...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - O senhor tem um vídeo aí, para falar. Nós temos ainda mais 25 minutos de audiência.

O SR. ALAN LOPES - Queria apresentar o vídeo, até para a gente esclarecer qual a competência da Polícia nesses episódios. Esse é um vídeo, só para contextualizar, esse rapaz é proprietário de uma empresa chamada Conductor Legal, que é uma empresa que está estampada no Código de Trânsito Brasileiro. Nós pedíamos a ele auxílio para que nós pudéssemos entender a legalidade dessas operações. Então, ele fez um vídeo, depois, esclarecendo, e a gente pegou na internet e está colocando aqui para saber se essas operações têm sido legais ou não.

Por favor, pode soltar.

(PROCEDE-SE À EXIBIÇÃO DE VÍDEO)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Tem outro que é importante, que tem a ver com o meu questionamento o Coronel Segala sobre a relação da Prefeitura com a Polícia Militar, sobretudo no que se refere para ao Proeis ou, por exemplo, esses programas, no caso da Prefeitura do Rio de Janeiro, BRT Seguro. O que a gente tem visto, de forma recorrente, são policiais militares vestindo colete da Prefeitura, o que, por si só, eu já considero uma aberração à farda da Polícia Militar. Você pega uma autoridade com a capacidade que um policial militar tem e por cima da farda dele coloca uma farda de uma Prefeitura, já é um... Com todo o respeito às autoridades municipais, mas já é um desvio de finalidade da farda da Polícia Militar; e isso coloca algo mais grave: o Exército, ele não vai para as operações, as Forças Armadas não vão para as operações de patrulhamento nas vias públicas; e o Exército é uma força letal, é uma força de guerra.

Então, colocar o Exército com a sua destinação constitucional para enfrentar a criminalidade urbana é usar a última instância coercitiva de um país contra a criminalidade urbana e o Exército que é uma força programada para neutralizar os inimigos.

Então, para que não haja essas deturpações, o Exército não é utilizado no policiamento comum, a não ser nos casos de lei de garantia da ordem, e por aí vai. Usar a força da Polícia Militar, e aqui todo o nosso respeito e o nosso carinho à Polícia Militar, que a gente defende aqui, todos os Deputados aqui defendem a Polícia Militar da narrativa de outros parlamentares que tentam assassinar a reputação do policial, colocar o policial sempre como um vilão da história. Acho que não precisa fazer esse tipo de propaganda aqui porque todos nós defendemos com unhas e dentes a Polícia Militar. Mas pegar a força policial e colocar a força policial cumprindo uma missão municipal, expõe o policial militar confrontando com o... Não, porque, na verdade, o policial militar tem confrontar com vagabundo não é com o cidadão. Esse papel não é nem o papel da Guarda Municipal. A Guarda Municipal, coitados, eles são colocados, por falta de comando, por incompetência, frouxidão tanto do prefeito quanto do secretário de Ordem Pública, eles são colocados na missão de confrontar com o cidadão o tempo inteiro; e aí confronta com ambulante, confronta com um cara que está tendo o carro rebocado. Coloca o Guarda Municipal, não estou dizendo a PM, coloca o Guarda Municipal numa situação de confronto com cidadão o tempo inteiro. Esse atual comando da Prefeitura do Rio de Janeiro e algumas Prefeituras também, eles colocam a Guarda Municipal contra o povo e a Guarda Municipal contra a própria Guarda, porque o atual Prefeito do Rio de Janeiro criou castas na Guarda Municipal. Uma vez que a Polícia Militar ela tem o papelão de emprestar o seu policial para cumprir o papel do Guarda Municipal e confrontar com o cidadão, está expondo o policial militar. A gente tem visto isso na rua: o policial militar fazendo apreensão de mercadoria de camelô, lacrando; policial militar aceitando ordem de Guarda Municipal e operação de Ordem Pública - revista a bolsa dele aí, etc. Tem vídeo disso.

Então, isso é um esculacho com o policial militar, além de todos aqueles que a Polícia Militar já sofre, por incompetência, por desídia do atual comando da Polícia Militar.

O SR. ALAN LOPES - E, segundo a Segov, a quem nós consultamos...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - O exemplo disso aí.

O SR. ALAN LOPES - ...não era para o policial militar estar utilizando aquele colete do BRT Seguro, palavra da Segov.

(FALAS PARALELAS)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Na Avenida Brasil, a gente viu dois policiais militares com o colete da Prefeitura do Rio de Janeiro se sujeitando aos comandos da Guarda Municipal, omitindo o socorro e batendo palmas para maluco dançar, fazendo todo o tipo de ilegalidade que a gente via.

O SR. FILIPPE POUBEL - E, aí, Deputado Rodrigo Amorim, nós vamos mostrar agora um vídeo...

(FALAS PARALELAS)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Com o aval da Polícia Militar, que, depois, tem a cara de pau de emitir uma nota pública de repúdio! Que fique claro: vou inaugurar o período, a partir da semana que vem, que através do mandato eu tenho prerrogativa para isso, tenho certeza de que os colegas vão me acompanhar, de promover moções de repúdio aos atos de incompetência, de fragilidade do Secretário da Polícia Militar. Vai ser uma chuva de moção de repúdio recorde neste Estado.

O Coronel Henrique vai levar consigo para a sua carreira, na verdade, já tinha terminado e ressuscitado. Vai levar consigo uma coleção de moção de repúdio que eu vou começar a partir de terça-feira que vem a fazer. Olha o que a polícia está promovendo contra o policial militar.

O SR. FILIPPE POUBEL - Se olhar ali, aquele cidadão ali usa um colete da prefeitura, não tem identificação nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Identificação nenhuma: calça jeans...

O SR. FILIPPE POUBEL - Calça jeans. E ele dá ordem ao policial para revistar a bolsa de uma senhora que, supostamente, seria uma ambulante e que tem a sua mercadoria, uma coqueteleira. Olha o que a polícia está se prestando junto à Prefeitura do Rio de Janeiro: apreender coqueteleira do cidadão.

Olha só, presta atenção ao vídeo.

(PROCEDE-SE À EXIBIÇÃO DE VÍDEO)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Olha só, um policial, um cabo da Polícia Militar, fardado, olha ali, olha a logomarca que está ali: Prefeitura do Rio de Janeiro, sendo chamado por alguém que está vestido como se estivesse indo para a noite, sendo chamado igual a um cachorro. Você viu como o agente da prefeitura... Chamando o policial igual a um cachorro. Policial militar, que tem formação militar, que tem regra, está sendo sujeito a isso por força do Secretário de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Coronel Henrique, e por todo o seu alto comando. Está permitindo que o policial sofra isso.

O policial que é esculachado na ponta o tempo inteiro está sofrendo esse tipo de humilhação, sendo chamado, por um agente da prefeitura, igual a um cachorro, recebendo ordens sabe-se lá de quem.

O SR. ALAN LOPES - O senhor que está dizendo que é agente da prefeitura...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Com a convivência... É...

O SR. ALAN LOPES - Eu não sei. De calça jeans, camisa de malha, sem identificação, com coletinho azul...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Amorim) - Numa boa: se a Polícia Militar não começar a tomar medida contra isso, eu não sei. É como bem disse o Deputado Júlio Rocha, é o poste mijando no cachorro, como se diz no popular.

Então, eu gostaria, Coronel Segala, de entender como se dá esse Proeis, a que missões o Policial Militar pode estar sujeito e sob o comando de quem. Sempre que um militar vai para um comando assessorio ou em apoio a alguma força, ele recebe ordens do seu superior imediato, não é de um indivíduo trajado como se estivesse indo para uma festinha, chamando igual a um cachorro o policial militar.